



ÁREA TEMÁTICA: Crenças e Religiosidades

Promessas: Contrato Individual e Social com Seres Superiores

PEREIRA FILHO, Sebastião Faustino

Doutorando em Educação, Mestre em Ciências Sociais.

UFRN (Rio G. do Norte, Brasil),

faustino1507@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo se propõe discutir as concepções de religião no âmbito das práticas sócio-culturais do sujeito. Foi realizada análise bibliográfica relacionada ao tema, especificamente com a obra *As formas elementares da vida religiosa* de Émile Durkheim, afim de entendermos as construções ideológicas e em que elas se sustentam.

A pergunta norteadora deste trabalho é: o que motiva uma promessa? O diálogo entre os seres terrenos e superiores na relação da promessa, geralmente ocorre motivado pela condição do fiel seja no plano espiritual seja no terreno. Ela acontece no momento de alguma perturbação na sua vida. As causas que provocam são as mais diversas. A doação de bens materiais e servidão, também, são maneiras de agradecer pela graça alcançada. Neste caso, eles se enquadram no plano material. O procedimento da quitação do débito é estabelecido quase sempre no momento da realização como forma de garantias no processo de negociação entre as partes envolvidas. O débito pode ser pago através de algo subjetivo (orações, preces) sacrifício material (oferenda) ao ser ou a alguém.

Em vista do exposto, as promessas se configuram como um dos ritos fortalecidos pelas crenças e de cunho meramente subjetivo e/ou de opinião, como sugere Durkheim. Portanto é mais uma manifestação exercida pelos seguidores religiosos que se processam de acordo com suas regras. E num jogo de razão e de fé, que se observa à continuidade da religião.

Palavras-chave: Promessas; Contrato; Crenças; Religião.





Algumas considerações: as promessas

Este artigo se propõe discutir as concepções de religião no âmbito das práticas sócio-culturais do sujeito. Desse modo, foi realizada uma análise bibliográfica relacionado a esse tema, mas especificamente com a obra *As formas elementares da vida religiosa* de Émile Durkheim, a fim de entendermos as construções ideológicas e em que elas se sustentam.

Uma pergunta que se faz quando fala nesse assunto é a seguinte: o que motiva uma promessa? O *diálogo* entre os seres terrenos e superiores na relação da promessa, geralmente ocorre motivado pela condição do fiel, seja no plano espiritual seja no terreno. Ela acontece no momento de alguma perturbação na sua vida. As causas que provocam são as mais diversas.

A promessa consiste em um pedido feito por alguém a um ser superior mediante um juramento de uma recompensa a este ser pelo êxito, conforme a solicitação. Ou seja, é um “acordo” que resulta numa negociação entre os dois planos envolvidos: o superior e o terreno. Em termos reais nada mais é que uma relação de troca. Essas práticas podem implicar, por exemplo, no fortalecimento da fé do pedinte ou o inverso, em caso de negativa.

Quanto às formas de *pagamento* das promessas encontramos várias maneiras. Entre as mais populares estão: através de *sacrifício* físico (autoflagelo, esforço, etc.) e por abdicção (espiritual) de algo que a pessoa tem muito apreço e resiste ao prazer que isso proporcionava, sendo cumprido em um determinado espaço de tempo, nesse caso, o corpo é o plano onde acontecerá a “quitação” do débito. Outra forma é através da *oração* evocada ao ser solicitante. Ambos estariam ligados ao plano subjetivo de contato com o ser superior. A *doação* de bens materiais e *servidão* (fazer caridade, ser solidário) também são maneiras de agradecer pela graça alcançada. Neste caso, eles se enquadram no plano material.

1.1.A influência do tempo e do espaço na realização e pagamento da promessa

A promessa vai está contida no *tempo* e no *espaço* para a realização. Quanto ao espaço, Durkheim (2001) afirma que na religião primitiva *a organização social foi o modelo da organização espacial, que é uma espécie de decalque da primeira*. No universo da promessa os lugares serão elementos fundamentais para que elas existam, pois são neles que acontecem as relações sociais que as provocam e que será consumado o fato maior de sua existência: o pagamento. Momento supremo do acerto de *contas* dos fiéis com os seres superiores. O tempo é outro fator indispensável nesse contexto, também apresentado por Durkheim. Para o autor o tempo é uma *instituição social* e o calendário exprime o ritmo da atividade coletiva ao mesmo tempo em que tem por função assegurar sua regularidade (2001, p. xvii, nota 6).

De acordo com tal afirmação, constatamos nas promessas a importância desse fator quando os crentes participam dos rituais próprios de suas religiões, como, por exemplo, nas festas de padroeiro da religião católica, nas quais as pessoas participam, cumprindo a promessa feita e/ou fazendo-a para *pagar* durante o evento, no mesmo ano ou no seguinte. Percebe-se então, a convivência harmoniosa entre dois calendários paralelos, o oficial e o religioso. O tempo está concebido pelo calendário oficial cristão, mas para o fiel a marcação no tempo é considerada pelo evento religioso, que possui regularidade, como também, é pensado consensualmente por várias pessoas daquele lugar. Ou seja, tempo e espaço são elementos inseparáveis na religião e de suas manifestações. Para alguns fiéis católicos o mês de junho é conhecido como mês de São João, período que se comemora o dia do santo (23 junho). No Seridó, Estado do Rio Grande do Norte (Brasil), julho é conhecido como o mês de Santana (avó de Jesus, comemorado dia 27), padroeira de Caicó, cidade pólo da região.

1.2.A promessa e seus agentes (inter)mediadores

A palavra *promessa* já carrega em seu significado etimológico a responsabilidade de um compromisso, especialmente neste caso, que se firma no momento do pedido ao ser superior. Independente do contexto,



ela já sugere uma troca. Como foi mencionada, a promessa surge na vida de uma pessoa a partir de um fato que interfere no ciclo normal no cotidiano de alguém. Raramente ela é procedida na normalidade. Essa característica demonstra um ato de “arbitrariedade” e de “oportunismo” por parte do ser humano, que vai resultar num processo de negociação (troca) entre ele e um ser superior. O primeiro no mundo real, do firmamento, com outro de um mundo incognoscível e talvez inexistente, que estaria no plano psicoreligioso do fiel. Plano este que nada mais é que a crença depositada no indivíduo que o carrega por um ser de devoção.

Os fatores que derivam essa preferência, por determinado santo, beato, ou ser que o povo designa-lhe a patente de ser superior, são bastante variáveis. Um desses determinantes é definido pelo espaço ao qual, o fiel está mais próximo como os santos padroeiros das cidades, as entidades religiosas como um todo, que foram condicionadas as pessoas desde cedo pelos seus descendentes através das ritualizações típicas das relações coletivas e individuais estabelecidas no lugar, eventos estes que reforçam sua fé. Tal característica de crença nestes seres superiores denominamo-los de *especialista*, graças às suas especialidades de *atuação* aqui na terra, de acordo com as crenças existentes na consciência coletiva dos crentes.

Como o santo especialista em casamento, em chuva, em finanças, a entidade responsável pelos elementos da natureza etc. O fato de existir o especialista revela a discussão sobre a fidelidade de um crente com o ser superior. Apesar da forte devoção que eles têm por esses seres superiores, especialmente os católicos, são incisivos em reforçar a fé que depositam no ser supremo Jesus Cristo ou Deus. É comum ouvir dos fiéis a seguinte frase: “acredito primeiramente em nosso senhor Jesus Cristo e segundo em *Santo Antônio*, por exemplo. Percebe-se, portanto a consciência do poder de um ser superior universal supremo. Mas que se permite a crença em seres de poder secundário, mesmo sabendo da sua “inferioridade” de poder.

Na concepção de Durkheim (2001), podemos perceber essa consciência dos praticantes desses rituais através dos cultos individuais feitos aos seres superiores (promessas) que para ele, não consisti em religião individual, porque “são aspectos da religião comum a toda igreja” e não “sistemas religiosos distintos e autônomos” (Durkheim, 2001, p. 30). Para ele “é a igreja da qual é membro que ensina ao indivíduo o que são assim deuses pessoais, qual é o seu papel, de que maneira deve entrar em contato com eles, de que maneira deve honrá-los” (Durkheim, 2001, p. 31). Na concepção durkheimiana, não existe aí duas religiões, por exemplo, mas sim as mesmas idéias e princípios que na igreja se aplica à coletividade e nos cultos especiais se referem à vida do indivíduo. Assim, a promessa existe na consciência coletiva dos membros sociais, mas é na consciência do sujeito que ela se manifesta. O que não se processa como uma religião independente, há a obediência hierárquica e isso é evidente nos participantes.

A hierarquização permite compreender outro papel desses seres para o devoto. Sua função de mediador, intercessor entre o indivíduo e o ser superior universal, nas religiões que ele participa. Para o fiel, o mediador advogará em seu nome perante o deus às solicitações feitas no momento da firmação do contrato estabelecido na promessa.

Esse fenômeno nos leva a especular a dimensão da fé do crente, conforme o resultado dessa negociação. É claro que temos que considerar a crença como algo incalculável, sem medida concreta, mas considerar o caráter de satisfação perante o desfecho do caso. A situação sugere mais pergunta do que respostas. Mas uma certeza é evidente: a graça alcançada faz o fiel reforçar a sua convicção no ser evocado e na própria religião.

A pergunta que se faz recai sobre o caso do não êxito do solicitante perante o solicitado, ou seja, a graça não ser alcançada. Será que isso causaria insatisfação do fiel para com o ser superior abalando o estado da fé nele e na própria religião como refúgio dos problemas terrenos? As respostas são as mais diversas, mas sem sair do universo do realizador de promessas, podemos imaginar o que poderia acontecer com ele nesse caso. Primeiro, ao ter o resultado negativo é comum a decepção perante o fato, posteriormente é que vai acontecer o diálogo ou não com o ser superior. A conseqüência do fato pode gerar outra promessa. Por esse aspecto, a fé ainda não teria sido abalada. Porque geralmente as solicitações recaem sobre as coisas do mundo que estão em constante movimento.



Nessa relação dialética entre ser de mundo espiritual com os de ser material existe uma ocorrência racional que às vezes são reportadas pelo próprio fiel para explicar o não sucesso na solicitação, como por exemplo, em situações que envolvem outras pessoas na mesma relação de pedido e benefício, ela tenta alento na explicação de que outros estavam num grau de necessidade maior que ela. Como está presente nos seres superiores o senso de justiça e de proteção aos mais fracos, acredita que sua solicitação apenas pode ter sido adiada. Se observarmos com cuidado, veremos então um paradoxo.

A procura de explicação racional para um fenômeno subjetivo, espiritual. Ou seja, razão e crença não parecem tão distante como se pensa, em certos momentos está lado a lado, como justificativa para a permanência numa determinada crença. A racionalidade parece ser buscada para a alienação constante, ou crença continuada. É como se fosse a busca da razão para justificar a permanência naquela crença, em detrimento de acreditar em explicações reais do fato ocorrido que não obteve êxito. Assim pode-se dizer que há uma relação complexa entre razão e fé. Em certas situações ambos não se juntam, e noutras, que uma existe para afirmar a existência/permanência da outra.

Partindo do pressuposto que as promessas são reflexos de fatos sociais ou motivados por eles, essa oposição/confluência da noção de racionalidade e fé, conforme a concepção durkheimiana para a explicação de alguns fenômenos é necessário recorrer às ciências naturais para se livrar de certas visões equivocadas. Por outro lado, agora da fé, para a ciência os fatos sociais podem ter explicação científica, mas para quem acredita (fiel) não há nada de estranho e de ininteligível porque “[...] foi a ciência, e não a religião, que ensinou aos homens que as coisas são complexas e difíceis de compreender” (Durkheim, 2001, p. 9).

Parece que mesmo tendo ou não poder de discernimento dos fenômenos, dados ou postos, os fiéis fazem uso de ambas as noções de forma harmoniosa e conflituosa, conforme a situação. Assim como a Igreja Católica recorre ao uso da ciência para comprovar a existência ou não de um milagre e conceder a canonização a um santo. Ou seja, as explicações racionais são usadas de acordo com as conveniências da religião em contexto.

1.1. Promessa: o acerto de contas

O procedimento da quitação do débito é estabelecido quase sempre no momento da realização como forma de garantias no processo de negociação entre as partes envolvidas. O débito pode ser pago através de algo subjetivo (orações, preces) sacrifício material (oferenda) ao ser ou a alguém. Chamamos este último de beneficiário de *terceiro grau*, que foi contemplado com o pedido de outro, mas que não participou diretamente do processo de negociação, consistindo na dupla relação espiritual e material.

Com base nesse pressuposto das coisas concretas do mundo, no qual, o homem vive e gera-se a solidariedade, a promessa por esse aspecto também pode ser considerada como um agente reforçador das relações sociais, quando se dilata do interior do crente e é externalizada em benefício da coletividade.

Mas por outro lado, gera novo paradoxo da dicotomia razão e fé. Como quitar com objetos materiais (coisa) um compromisso firmado com um ser superior que não habita neste mundo, que está num plano invisível, pelo qual, esses objetos não transcendem? Como explicar a lógica dessa negociação se ela é feita entre dois mundos distintos e inalcançáveis ao mesmo tempo, e o pagamento é realizado apenas no mundo onde foi feito o pedido? Em fim, pelo aspecto da promessa. É preciso considerar que a fé é um preceito individual, mas que se estende ao social, numa relação recíproca, observa-se também que a ela presume-se está associado outro sentimento coletivo típicos do homem como compaixão, solidariedade, comunhão etc., e por intermediação da promessa precedida da fé é possível a prática desses sentimentos.

Outro aspecto que é preciso considerar também, é que a relação da promessa está firmada no plano material, das coisas - os motivos que fazem ela existir, como já foi mostrado não seria estranha às práticas de pagamento acontecer também, nesse plano. O que permanece incompreensível é a possibilidade dessa “transcendência” entre os dois mundos distintos que parecem ficar apenas nas relações de fé do devoto



com o ser superior. A promessa seria um ciclo de fatos sociais, dos quais resulta e gera outros acontecimentos? Ela é uma relação social?

As *orações* e *preces* são outras maneiras de quitar a “dívida” com o “credor”. Nesse caso, quase sempre resulta num ritual realizado coletivo ou individualmente. As evocações são direcionadas aos seres simpatizantes do fiel como agradecimento pela graça alcançada. Ficando ambos, a promessa e a quitação, no mesmo plano subjetivo. Prevalecendo o princípio de igualdade. O que caracteriza uma manifestação mais individualizada, particular.

O *sacrifício* é outra forma de pagamento de promessa. Ele existe em dois planos: objetivo e subjetivo. No primeiro, quando o fiel escolhe a penitência, esforço físico (objetivo), como sua maneira de quitação. Geralmente é o corpo que ele submete ao sacrifício. Na religião cristã os adeptos desse ritual têm no sofrimento de Jesus Cristo a referência para suas práticas. O sacrifício subjetivo é praticado como abdicação de algo que a pessoa aprecia muito. É, portanto, na ausência, que ele se estabelece, porque é na satisfação da presença desse elemento na vida dela que se dá à realização. Isso tanto pode acontecer no plano material quanto no espiritual, é questão de escolha do penitente.

Além destas, a *servidão* é outra maneira de negociação com os seres superiores. Nela as pessoas realizam tarefas que beneficiam os semelhantes que necessitam de algo, material ou num outro plano, um conforto espiritual.

1.4 A quebra do Contrato

Até agora se falou somente do aspecto de pagamento perante o acordo entre as partes já citadas. Porém, acontece o fato do não cumprimento do contrato pelo solicitante que recebe a graça e não paga a promessa solicitada. Neste caso, acontece a situação contrária à mostrada no início, quando o ser superior não havia cumprido o acordo e o fiel recorria a explicações racionais para se aliviar da graça não alcançada. Nesse caso, o descumprimento parte do solicitante.

Para isso existem as regras morais e religiosas que regulam as relações no aspecto do mundo real, entre sujeitos e/ou entre eles com os seres superiores, que os expõem ao julgamento diante da sua conduta dentro da crença religiosa que está submetido. Independente de está presente em termos legislativos concretos que funcionam como uma espécie de controle onipresente, está intrínseca no crente.

A relação de reciprocidade do fiel para com o respeito ao cumprimento do compromisso com o ser superior leva em consideração o grau de sua fé na religião e conseqüentemente no fenômeno religioso como prova da existência do ser superior, caso contrário, a relação ganha notoriedade banal para a pessoa que fez a promessa. Pode ocorrer também, que não tenha uma crença praticante o suficiente para aceitar que a graça foi concebida pelo ser superior, mas sim por conseqüências materiais, naturais. Que implicaria na intervenção da racionalidade no pensamento do solicitante da promessa que seria visto, conforme a visão religiosa, como sujeito de “pouca fé”, incapaz de compreender a crença no ser superior como interventor das relações pessoais e sociais.

Mas para aqueles que acreditam nos seres superiores o não cumprimento do prometido é controlado pelo medo que se concretizaria no castigo e a perda de credibilidade perante o deus de sua religião. Esse fenômeno é observado na obra do escritor brasileiro Dias Gomes, O pagador de promessas. Zé do Burro personagem do livro anda quilômetros a pé carregando uma cruz para pagar uma promessa feita a Santa Bárbara, de quem é devoto. O contrato entre eles é “firmado” após o quadrúpede, que o auxilia nos trabalhos diários, ser atingido por um raio e ficar enfermo por vários dias. Diante daquela situação Zé do Burro recorre a Santa Bárbara (protetora dos raios e trovões) para que ela possa curar o animal, caso se concretizasse o restabelecimento da saúde do bicho, ele viajaria de seu sítio, no sertão da Bahia (Brasil) até a igreja da Santa, na capital Salvador, carregando uma cruz do “tamanho e peso da que Jesus conduziu até o calvário”. Com a cura do burro concretizada o personagem parte para a realização do que foi prometido. Porém, inúmeras adversidades conspiram contrariamente ao seu compromisso, que compõe o núcleo



dramático da estória, como sincretismo religioso, oportunismo político, a influência da mídia sobre a opinião pública etc., persistindo ele no seu objetivo, quitar a dívida com a Santa, temeroso da represália por parte dela contra ele, a quem deve a graça alcançada. Em síntese, neste caso o medo é na verdade, um elemento que contempla a regra moral vigente. Como vigilante atuante no plano da consciência.

Outra característica da promessa é que raros são os casos de pagamento adiantado. O fato só se consome após o sucesso no pedido. O que se pode verificar é um processo de troca, *toma-lá-dá-cá*. Prática comum nas relações do homem. Ou seja, só existe num momento de necessidade. Procedendo-se dessa maneira torna-se evidente a afirmação de Durkheim (2001) ao se contrapor ao argumento de que os seres superiores são predominantes ao homem comum. Segundo ele, se o homem é dependente dos deuses, estes também são dependentes do homem. Porque precisam deles para existir. Assim, nos parece que na verdade existe apenas um plano, o que o homem está, o outro é criação sua, que está na imaginação. No qual, estariam os fenômenos religiosos. Por esse aspecto afirma (e que aumenta nossa dúvida) que é necessário perguntar: o que levou o homem a ver no mundo dois mundos heterogêneos e incomparáveis, quando na experiência sensível parecia dever sugerir-lhe a idéia de uma dualidade radical (Durkheim, 2001, p. 21).

Considerações finais

Em vista do exposto, as promessas se configuram como um dos ritos fortalecidos pelas crenças é de cunho meramente subjetivo e/ou de opinião, como sugere Durkheim. Portanto é mais uma manifestação exercida pelos seguidores religiosos que se processam de acordo com suas regras.

Num jogo entre razão e fé, observa-se à continuidade da religião. Em consequência disso, provavelmente está aqui antes da filosofia e da ciência, de quem ambas podem terem nascidas, e permanecerá por muito tempo. Pois é na ausência da filosofia e da ciência que o homem busca respostas para suas inquietações diárias. E mesmo quando as duas não mais existirem para alguém ou para o homem, talvez a religião seja o refúgio das suas angústias e das suas realizações, declarando implicitamente suas práticas sócio-culturais.

No entanto, razão e fé são dois pólos, ao se aproximar de um, automaticamente poderá se distanciar do outro. Quando a racionalidade é acionada para entender e explicar os fenômenos religiosos a fé nas crenças pode ser abalada. Por outro lado, a fé exagerada também pode causar a dependência, a perda da autonomia crítica dos sujeitos.

Bibliografia

DURKHEIM, E. (2001). *As formas elementares da vida religiosa*. Rio de Janeiro, Martins Fonte.